



1290000428



IE

TCC/UNICAMP R313m



UNICAMP



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

INSTITUTO DE ECONOMIA

CEDOC/IE/UNICAMP

**MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII
E A POLÍTICA ECONÔMICA PORTUGUESA
SOB O MARQUÊS DE POMBAL**

MONOGRAFIA

CEDOC/IE/UNICAMP

Aluno: Cristiano Corte Restitutti - R.A. 950363
Orientador: Rui Guilherme Granziera ✓

Campinas, 2002 ✓

MONOGRAFIA
MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII E A POLÍTICA ECONÔMICA
POMBALINA

Cristiano Corte Restitutti RA 950363

Orientador: Rui Guilherme Granziera

Sumário:

Título	Pág.
1. Introdução	01
2. Limites constrangedores à política metropolitana, contra os quais luta o Marquês de Pombal	04
3. O pensamento econômico "pombalino"	07
4. Os dinamismos internos à colônia	12
5. Produção de ouro em Minas Gerais	16
6. A política econômica portuguesa e seus efeitos para o Brasil	18
6.1. Os monopólios	21
6.2. O fisco	23
6.3. A crise do ouro	25
6.4. Conclusão	30
Bibliografia	38

MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII E A POLÍTICA ECONÔMICA POMBALINA

1. Introdução

A economia do ouro em Minas Gerais no século XVIII, e a política econômica portuguesa sob a ditadura do Marquês de Pombal (1750-1777), são a base dos determinantes econômicos brasileiros anteriores à independência política. A sujeição aos rumos portugueses é óbvia enquanto parte da estrutura dinâmica do Antigo Sistema Colonial; estes se inserem no contexto maior da hegemonia inglesa, sendo tais rumos trilhados a partir das relações econômicas e políticas anglo-portuguesas. Ocorreria então uma inserção brasileira nos momentos finais da consolidação capitalista, que é o papel brasileiro no sistema colonial mercantilista enquanto instrumento e alavanca à acumulação capitalista européia (inglesa - em última instância e em especial no caso brasileiro) que levaria ao capitalismo moderno industrial.

É na segunda metade do século XVIII que ocorre o clímax dos atritos entre Brasil e Portugal e entre Portugal e Inglaterra. Entre os primeiros, a crise do sistema colonial, as amarras à livre-determinação econômica e as contradições do mercantilismo tardio. Entre os segundos, a dependência externa, os limites dos raios de manobra da política econômica lusitana e as rivalidades européias.

Portugal, há muito, era mero coadjuvante nas relações produtivas e mercantis brasileiras com a Europa, principalmente com a Inglaterra. Desde os tratados anglo-portugueses de 1654 (Cromwelliano) a 1703 (Methuen), Portugal passou a ser um mero entreposto comercial anglo-brasileiro. A política de Sebastião José de Carvalho e Melo, Primeiro Ministro de Portugal de 1750 a 1777, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, vai, em teoria, contra este sentido geral do século XVIII.

As vicissitudes mercantilistas desta nova política metropolitana, seus instrumentos e resultados, são de grande importância para a história econômica a seguir, assim como seus reflexos sobre o Brasil-colônia durante o século XVIII e para os decênios seguintes, ainda não tão claros para a nossa história econômica, especialmente sobre a dinâmica reprodutiva da economia colonial, sobre Minas Gerais, sobre todas atividades voltadas para o sustento da mineração e sobre as atividades que as substituiriam após a decadência mineira.

As idéias e a política de Portugal-Pombal eram, de algum modo, inerentes ao processo de transição formadora do capitalismo inglês. O seu mercantilismo tardio era recíproco à extrema competitividade inglesa, numa era pré-industrial. Não se trata de determinismo histórico, mas sim do diagnóstico contemporâneo (do qual Pombal surge como divulgador) à época das decisões. A discussão do papel do governo pombalino se refere à análise “econômica” que dele é feita, identificando suas diretrizes e justificando seus resultados.

As decisões se deixaram levar cada vez mais por fundamentos racionais do ponto de vista do Estado, e portanto o governo de Pombal se caracteriza pelo nacionalismo, um aspecto tipicamente mercantilista. Era uma luta contra o liberalismo econômico sustentado pela Inglaterra; era uma amostra prévia da hegemonia mundial que iria se irromper. E o Brasil é afetado por esta política: a presença da metrópole se faz mais forte. Alguns setores prósperos são afetados pelo intervencionismo. Em contrapartida, o investimento ganha um objetivo mais amplo. Porém, a prática encontrava limites constrangedores. São limites da própria metrópole (pela posição subordinada do império português na economia européia) ou da colônia (que não estava sujeita a uma reformulação doutrinária metropolitana e que esboçava uma estrutura política e econômica interna, conflitante com o antigo sistema colonial).

A evolução política do Brasil segue passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVIII. Esta transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio da colonização. Desloca-se a autonomia das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da colônia portuguesa. E é nesta que ela se vai consolidar. No correr do século XVIII só existe na colônia uma autoridade: a da metrópole portuguesa.

A transformação econômica corresponde à definição de um mercado interno específico, centrado em Minas Gerais, ainda que determinado por fatores externos à colônia. A formação do mercado interno colonial pode ser abordada tanto pela vertente das relações exógenas à colônia, quanto pela hipótese de a economia colonial não ser simplesmente um complemento da metropolitana. Apesar dos laços com o mercado externo, a economia colonial teria uma dinâmica própria, uma produção e circulação interna de mercadores e mercadorias. O mercado das Minas Gerais, criado pela mineração, supera algumas barreiras das limitações coloniais, mas não se autonomiza, não cria seus próprios mecanismos autopropulsores e articula-se ao mercado mundial de forma subordinada. O desenvolvimento primordial das bases da dinâmica interna estaria em seu preamar; e a política econômica pombalina faz parte deste processo.

2. Limites constrangedores à política metropolitana, contra os quais luta o Marquês de Pombal

Os termos do Tratado de Methuen (1703) são a chave para os notáveis desequilíbrios da economia portuguesa durante o século XVIII: Portugal arcava com os ônus e desvantagens, Inglaterra usufruía dos benefícios. A garantia do mercado inglês para as exportações de vinho não compensou a concorrência isenta de tributos dos panos ingleses à nascente indústria, tornando o mercado português (e brasileiro) exclusivos aos panos britânicos. Portugal não podia pagar com vinhos os tecidos que consumia, carecendo o acordo de Methuen de base real para sobreviver. Ocorre, entretanto, que o ouro do Brasil começa a afluir exatamente quando entra em vigor o referido acordo.

A descoberta tardia de ouro aluvial numa escala inesperadamente lucrativa fez a economia luso-brasileira renascer espetacularmente. Estimulou o comércio do escravo africano. A exploração fiscal das minas e o reflorescimento do comércio colonial enriqueceram os cofres da Coroa, da Igreja e da Corte e, principalmente, permitiram o equilíbrio das contas portuguesas, resolvendo o déficit da balança com a Europa através do ouro. Todavia não há inflação de preços, antes pelo contrário; é possível no entanto que aquele fluxo travasse um pouco o movimento de descida.

O grande problema de Portugal: a balança comercial. O fluxo do ouro brasileiro não teve efeito multiplicador da atividade econômica metropolitana, pois desvia-se diretamente ao exterior, principalmente à Inglaterra. O ouro do Brasil exerceu grande influência na economia do mundo ocidental. A repercussão internacional das remessas de Minas Gerais foi profunda, tanto que Adam Smith em sua famosa obra destacava o incremento do intercâmbio comercial entre a Inglaterra e Portugal em razão do ouro vindo do Brasil. Numa época dominada pelo mercantilismo e em que era difícil desenvolver um

comércio de manufaturas, a Inglaterra encontrou na economia luso-brasileira um mercado em rápida expansão e praticamente unilateral.

O ouro brasileiro desempenhou papel-chave no aumento das exportações inglesas para Portugal: não foi o Tratado de Methuen a causa essencial do intercâmbio. Com tratado ou sem tratado, a verdade é que, no século XVIII, Portugal já era uma dependência econômica inglesa. Mas foi o tratado que manteve abertas as portas para as reexportações ao Brasil. Portugal tornou-se dependente das minas brasileiras, não só para adquirir manufaturas têxteis, mas também para negociar a subsistência alimentícia de seu povo. A organização do comércio de comestíveis tinha muito em comum com o comércio de têxteis, porém com conduta mais flexível dos comerciantes e fatores implicados.

Portugal usufruía plenamente sua “vaca-leiteira”: as minas do Brasil. Grande parte do ouro brasileiro era gasto em construções dispendiosas e em prodigalidades, engrandecendo a cidade de Lisboa como uma das mais ricas e insalubres da Europa. O aumento dos gastos públicos - gastos correntes ou inversões não reprodutivas - logo se filtravam em importações com um reduzido efeito multiplicador sobre outras atividades produtivas internas.

O ouro do Brasil criou condições para que o Tratado de Methuen funcionasse. A crescente demanda brasileira por manufaturas transferia-se automaticamente para a Inglaterra, não havendo efeito algum sobre a economia portuguesa. “A inexistência desse núcleo manufatureiro”, diz Celso Furtado (e o Marquês de Pombal se referiria à “lenda ericeirense”, ao “mito da destruição das fábricas”^[1]), “na etapa em que se transformam as técnicas de produção no último quartel do século XVII, é que valeu a Portugal transformar-se numa dependência agrícola da Inglaterra. Sem o contrapeso de um grupo manufatureiro, os grandes proprietários de terras e os exportadores de vinho continuaram

¹ O Conde de Ericeira foi o protagonista da revolução fabril portuguesa nos fins do século XVII, arruinada pelos termos do tratado. Ver DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Os Lanifícios na Política Económica do Conde da Ericeira”

a pesar demasiadamente na orientação econômica do país, como se tornava evidente na segunda metade do século, ao encetar Pombal ingentes esforços para mudar o curso dos acontecimentos”⁽²⁾.

É neste contexto, e sob o signo de Methuen, que o sucessor de D. João V, D. José I, dá plenos poderes a Sebastião José de Carvalho e Melo como seu Primeiro Ministro, na prática um ditador. A importância da figura e da personalidade de Pombal faz-se presente nos anos a seguir.

² FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*

3. O Pensamento Econômico “Pombalino”

O ideário pombalino constitui-se a partir de um princípio tardio de ilustração portuguesa. O caráter “pombalino” refere-se simplesmente à expressão de uma época sob os auspícios do indivíduo Pombal-ditador. As bases do pensamento “pombalino” vêm dos pensadores que rodeavam D. João V até 1750, sejam o Cardeal da Mota (ministro), Alexandre de Gusmão (secretário particular), D. Luís da Cunha (diplomata), e do próprio Pombal, ainda Conde de Oeiras, nas suas correspondências diplomáticas de quando embaixador em Londres. Era uma geração de diplomatas e funcionários de visão ampla, muito interessados na organização imperial e nas técnicas mercantilistas a que eram creditados o surpreendente e crescente poder e riqueza da França e Inglaterra.

Carvalho e Melo assistiu à cristalização das idéias imperiais e da mitologia imperial na Inglaterra. Era evidente que a eficiência governamental e a consolidação imperial eram essenciais para cada país adquirir influência em um mundo competitivo. Os anos em Londres, se lhe fizeram apetecer acabar com os ingleses como sócios, por outro lado, entusiasmaram-no a imitá-los nos seus métodos econômicos.

Carvalho e Melo investigou as causas, as técnicas e o mecanismo da superioridade naval e comercial inglesa. Sua biblioteca em Londres era um tesouro de clássicos mercantilistas, com grande concentração em livros sobre companhias de comércio. O grande oráculo do marquês foi Alexandre de Gusmão, o mesmo que deixou-lhe um grande problema a ser resolvido - o Tratado de Limites de 1750⁽³⁾. Todas as providências de Sebastião de Carvalho acerca da moeda, das companhias da América, das colônias, das indústrias nacionais, das minas do Brasil, encontram-se nos escritos de

³ Definiu as fronteiras entre as colônias espanholas e o Brasil, atropelando os interesses jesuítas no Paraguai e no Uruguai, mas garantindo um ganho territorial ao Brasil em troca da cessão da Colônia de Sacramento na desembocadura do Prata.

Gusmão⁽⁴⁾. Estes trabalhos elaborados entre 1747 e 1751, falecido Gusmão em 1753, apareceram nas leis de Sebastião José de Carvalho, desde 1754 em diante.

O caráter mercantilista do ideário é inegável, porém confundido com o “fiscalismo”, quando constata-se o grande problema de Portugal: a balança comercial. Como Portugal tinha necessidade de importar muitos produtos (pano, trigo, ferramentas) e só exportava vinho, o famoso tratado aumentou muito mais a importação do que a exportação portuguesa. Cobria-se o déficit de balança comercial com o ouro do Brasil.

A crítica mercantilista tem seu eixo condutor na análise da Balança do Comércio, conectando-se à teoria monetária e à teoria mercantil do ideário pré-pombalino. O metal-moeda é visto como capital, signo de riqueza e poder, distanciando-se da noção de moeda-mercadoria que regula a balança comercial anglo-portuguesa. As trocas de matéria-prima por produtos manufaturados toma conotação maligna, principalmente em relação ao “luxo”, que torna-se bom ou mau conforme pese ou não na balança comercial.

Nas palavras de Alexandre de Gusmão ⁽⁵⁾: “Assim nos sucede hoje porque abraçamos o Luxo, e abandonamos a indústria, com o que despovoamos; correndo ignorantemente em seguimento da riqueza imaginária das Minas de Ouro, que nos tem arruinado e empobrecido, quando nos pareceu encontrarmos aí toda a nossa fortuna.” E referindo-se àqueles que sem irem às minas cavar o ouro: “o cavam com maior perfeição e abundância dentro das suas Caixas; e gozando as delícias da Europa são melhores Mineiros do que Nós.” E referindo-se ao povo português: “A falta de cultura e de indústria, o luxo e outras cousas desnecessárias e supérfluas os têm conduzido a precisarem de Moeda”.

⁴ As obras de A. de Gusmão “plagiadas” são: “Cálculos sobre a Moeda”, “Resposta de Alexandre de Gusmão ao papel que fez Antônio Pedro de Vasconcelos, governador que foi da Colônia do Sacramento, sobre os tratados de limites da América”, “Dissertação sobre os interesses dos tratados dos limites na América”, “Consulta sobre o regimento da fundição das minas no Brasil”, “Resolução de Sua majestade sobre a mesma consulta”, “Consulta sobre a advertência da resolução”, “Avisos sobre a mesma”, “Reparos sobre a mesma capitulação”.

⁵ GUSMÃO, Alexandre de (Santos, 1695 - Lisboa, 1753) - “Apontamentos discursivos...”. (MMDC)in CORTESÃO, J. - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*

A política de Pombal reafirma a defesa do exclusivo comercial colonial em benefício dos comerciantes da metrópole. Assim, acende-se a idéia das companhias de comércio privilegiadas para conciliar os privilégios a particulares à soberania e aos interesses fiscais do Estado. "Conceda-se a trinta negociantes, que tenham cada qual cem libras, o direito de comerciar nas Índias; se cada um deles quiser gozar desta liberdade, arruinar-se-á e consigo o comércio das Índias. Um particular que tenha de seu três milhões, com o privilégio da companhia para as Índias, negociará com vantagem, e o comércio tornar-se-á florescente." ⁽⁶⁾

A organização corporativa, vigente até então, não facultava a concorrência além de modestos limites, e, por isso, obstava a que se formassem as grandes concentrações de capital. Recorreu Pombal aos monopólios e privilégios. A todas empresas de comércio e indústria que fundou, e foram muitas, atribuiu ou a exclusividade ou favores do Estado. O seu objetivo era formar concentrações de capitais, potentados financeiros, como os que vira na Inglaterra. Buscava a racionalização econômica através da intervenção do estado nos mercados, garantindo qualidade, consumo aos produtos, a preço fixo e baixo dos insumos. Buscava maximizar as tarifas alfandegárias, maximizando a renda sem danos à atividade econômica, e aumentar a severidade da cobrança de impostos e de dívidas. A administração pombalina teria de ser dispendiosa: seu objetivo era de mudança material e moral.

Quanto às manufaturas, o discurso mercantilista não questiona a formação de uma burguesia industrial: as fábricas são vistas como manufaturas concentradas, reais, privilegiadas. O principal argumento para o fomento industrial é a substituição das importações de lanifícios, entre outras, inglesas na maioria. Os termos nefastos do Tratado de Methuen erguem a legenda ericeirense, o mito da "destruição das fábricas", assim como os danos da intolerância inquisitorial sobre os cristãos novos, expulsos em sua maioria, selam a eterna insipiência da burguesia lusa.

⁶ CARVALHO e MELO, Sebastião José, citado em GOMES, Francisco Luís, *O Marquês de Pombal*

Desde cedo está formado o principal motivo da futura política pombalina: as relações com a Inglaterra. “O inglês imagina, por prevenção inata, que nasceu para ser senhor dos cabedais de todo o mundo; que é necessário ser bretão, como eles dizem, para ser hábil e capaz de possuir riquezas; que, por conseqüência, lhes andam usurpadas aquelas que possui qualquer outra nação; que, quando vexam a um estrangeiro para lhe extorquirem o cabedal, ou divertirem o lucro que devia ter, não é isto um roubo que cometem, mas uma reivindicação, porque se restituem do que lhes pertence.”⁽⁷⁾

A situação privilegiada quer do comércio, quer do súditos britânicos residentes em Portugal, constituíam para Carvalho uma crucificação. Quando subiu ao governo levava como idéia fixa corrigir esse estado de coisas. A obra não era fácil porque, ao mesmo tempo, queria conservar a proteção da Grã-Bretanha, que considerava essencial à política externa portuguesa. Ao nacionalismo português interessa a aliança inglesa, desde que ambas as partes beneficiem-se igualmente do acordo; a rivalidade espanhola e as ameaças de aproximação diplomática francesa delineiam a diplomacia anglo-portuguesa.

A prática da política econômica pombalina é congruente ao balanço pré-pombalino. Apesar de alguns aspectos serem hipertrofiados, outros deixados como secundários, e alguns inexistentes, a prática é notadamente mercantilista. As influências da dependência política e econômica da Inglaterra tem efeitos poderosos e negativos sobre os mecanismos, instrumentos e resultados da política econômica. Já faz-se sentir os limites e as (im)possibilidades de viabilização. A política econômica de todo o período pombalino (1750-77) é vista como um “todo” integrado; porém a ação do conjunto revela-se anacrônica.

A política pombalina promoveu um mercantilismo clássico tardio, mas ajustado à situação lusa. Os limites à aplicação prática do ideário pombalino se inserem na crise do

⁷ CARVALHO E MELO, Sebastião J, Man. da Bib. Nac. de Lisboa, cit. em AZEVEDO, J L., *Épocas de Portugal Económico*

antigo sistema colonial, no movimento de transição do feudalismo para o capitalismo. Os obstáculos ao “capitalismo português” se dão a partir das vicissitudes do capital comercial português, impedindo o desenvolvimento do capital industrial pela inexistência de acumulação prévia do capital. A escassez de capital limita o capital comercial e industrial: o mercado de crédito é desorganizado e instável, o crédito encontra dificuldades e restrições, o financiamento estatal é ínfimo - dada a necessidade do próprio Estado de financiamento ao déficit da balança comercial.

Os privilégios aos comerciantes ingleses, o signo da existência da Feitoria Britânica em solo português, facilitando a concorrência externa e promovendo a sangria metálica, são a sombra de Methuen, da dependência inglesa. Portugal encontra-se em situação semi-colonial em relação à Inglaterra. Do mesmo modo que Portugal atrofia o capital brasileiro, o mesmo se dá nas relações anglo-lusas.

A vinculação ao Estado não permite que a soma do protecionismo estatal à iniciativa privada consolidem um capital industrial, não formando uma burguesia industrial; a burguesia comercial predomina, aproveitando-se da confluência aos mesmos interesses estatais. A dominação do capital comercial sobre a produção impede o desenvolvimento industrial. A estrutura agrária, em mãos da nobreza, não permite uma exploração capitalista, em favor da perpetuação da renda agrária, consolidando a propriedade fundiária imobilizada e impedindo qualquer acumulação originária do capital.

Pombal queria livrar Portugal do domínio inglês através da instituição de monopólios e de um parque industrial, o qual exigia gastos dispendiosos e “indeclináveis”; contrataram-se técnicos estrangeiros, esperando-se que a prosperidade destes faria os nacionais copiarem. Não houve prosperidade, não houve voluntários para seguir os exemplos, que funcionavam à base de subsídios... gastos dispendiosos e indeclináveis.

4. Os dinamismos internos à colônia

Destaca-se a conexão comercial paulista com a produção pecuária platina. A introdução do gado muar em Minas Gerais substituiu a demanda das minas de prata do Potosí, em decadência, e permitiu que o comércio do muar se tornasse uma das principais atividades subsidiárias da mineração. Transfigurou o sistema de transportes, estimulando regularidade e continuidade para todo o comércio, além de permitir maior comunicação social. A indefinição fronteiriça dos campos do curso baixo dos rios Paraná e Uruguai confundia a procedência do muar, caracterizando um contrabando. A debilidade estatal dos últimos anos do reinado de D. João V (1706-1750) estimulou o contrabando de ouro para a América Espanhola em troca de prata por taxa favorável para comprar manufaturas inglesas, dado o interesse inglês pela prata, a ser utilizada no seu comércio asiático. O contrabando da prata era do interesse inglês, e o contrabando direto para Buenos Aires era protegido.

Se os preços de mercadorias e suprimentos já eram altos em Minas Gerais, nas novas regiões eles eram astronômicos, de forma que as transações comerciais normais, a atividade agrícola e de granjas tornar-se-iam tão lucrativas quanto as minerações. As explorações paulistas provaram que as mercadorias dos armazéns de Belém para Mato Grosso e Goiás por transporte fluvial podiam competir com o transporte terrestre que partia do Rio de Janeiro e São Paulo. As grandes fortunas da mineração elevaram-se sobre múltiplos alicerces, dos quais o comércio parece o mais importante.

Os metais preciosos permitiam à colônia manter um fluxo de renda, financiando suas importações e pagando as taxas devidas à Metrópole. Era o comércio direto no porto do Rio de Janeiro, através de atacadistas portugueses. O Brasil supria-se quase exclusivamente de produtos ingleses através de comerciantes portugueses, aos quais a Inglaterra concedia dois ou três anos de crédito.

A abundância de numerário, uma especificidade material do extrativismo aurífero, torna os preços sobrevalorizados na região das minas, estimulando a mercantilização e o contrabando, interno e com o exterior. A especificidade material do ouro (ocorrência natural, forma imediata de dinheiro) forçou a transferência do aparelho fiscal do estatuto colonial para Minas Gerais. Na mineração, a dominação metropolitana não ocorreu no monopólio comercial, mas na apropriação direta pelo fisco.

Felizmente, parte da prata e do ouro permaneceu na América do Sul e, de um modo geral, os colonos prosperaram mais do que os que preferiram permanecer na Europa (é óbvio que, incluindo-se a mão-de-obra escrava para a população total do Brasil, a estimativa de renda média é muito baixa^[8]). Essa foi, naturalmente, uma das fortes razões que levaram a manter o movimento migratório metropolitano. A mineração tinha estímulo oficial, devido à preocupação imediatista da política fiscal portuguesa. Tanto os colonos quanto a metrópole procuraram abrir vias de comunicação, caminhos e passagens sobre rios, com seus respectivos suportes - roças e estalagens.

Mas o advento dos núcleos de urbanização não foi iniciativa do estado, foi um movimento espontâneo, resultado da densidade populacional e da “solidariedade na aventura do ouro”. Estima-se que 800.000 portugueses migraram para o Brasil durante o século XVIII. Tendo-se em conta que a população portuguesa no início do século XVIII era da ordem de 2 milhões, compreende-se porque houve falta de mão-de-obra para agricultura, exército, marinha mercante, manufaturas e construção. A mão-de-obra “reservada” pela destruição das fábricas da lenda ericeirense atenderia à urbanização da região das minas brasileiras e de seus dinamismos abastecedores.

Os arraiais mineiros rapidamente evoluíam para vilas, e todas as aglomerações urbanas eram baseadas na indústria extrativa. As regiões mais ricas se incluem entre as de vida produtiva mais curta, pois os depósitos de aluvião se esgotavam tanto mais

⁸ Sobre os cálculos para a renda média do período colonial brasileiro, ver FURTADO, Celso – *Formação Econômica do Brasil*

rapidamente quanto mais fácil era sua exploração - e quanto mais ganância despertavam. O esgotamento do "ouro fácil" é uma das razões por qual a composição e estruturação da economia das cidades setecentistas da região mineradora ganham certo grau de independência em relação à atividade originária dos núcleos urbanos.

A exploração mineira não é necessariamente presente nos aglomerados, e não é condição nem garantia para a sobrevivência deles. No geral, o ouro não se caracteriza como atividade da cidade. Mas sempre sim a atividade fiscal, a presença da metrópole e de seus signos de controle.

Os aglomerados urbanos foram responsáveis pela introdução e pelo desenvolvimento de intenso mercado interno, tanto nos seus próprios limites como no interior da capitania e, desta, com outras partes da colônia. Se a exportação aurífera foi o início, nem sempre e nem em toda a região ela foi a principal atividade produtiva. Para cuidar do abastecimento, simultaneamente à mineração, vai-se compondo diversificada estrutura produtiva. Intensas relações comerciais e expressivas produções agropastoril e manufatureira, caracterizadas pela não-inversão de grandes capitais e por baixos nível de renda e poder de concentração, acabam configurando nítida economia regional, com ativo mercado interno.

Apesar de todo o conjunto de circunstâncias propícias para o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, o crescimento endógeno da região mineira foi praticamente nulo. A causa principal de não haver se desenvolvido atividades manufatureiras, uma vez estabelecidos os centros urbanos, foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes⁽⁹⁾; o que remete aos problemas da economia portuguesa, contra os quais luta o Marquês de Pombal, mas tardiamente para refletir em algum proveito à colônia. Além disso, a predominância da indústria caseira e das inversões não reprodutivas (paisagem arquitetônica, religiosas) não transfiguravam o capital mercantil, atrofiando a acumulação.

O grande fluxo de renda das minas do Brasil para a Europa não estava somente subscrito ao entreposto português. Não pôde Portugal plenamente usufruir seu exclusivismo comercial colonial. O contrabando inglês nos portos brasileiros, atendendo à demanda das populações mineiras, era aberto, com a cumplicidade brasileira, afinal era mais barato comprar diretamente dos ingleses (dos comissários volantes das feitorias inglesas em Portugal, portugueses em sua maioria), sem o intermediário das lojas portuguesas. Em menor escala participavam deste contrabando franceses e holandeses, principalmente através do contato mercantil na costa da África, à sombra do tráfico negreiro e do contrabando de escravos da Bahia para Minas Gerais. O indissociável binômio escravo-fumo era um comércio nacional.

Portugal absorvia seu quinhão da produção mineira através da venda de produtos próprios (ou do seu império oriental) ou de sua importação (intermediação com outras praças européias, a despeito da concorrência desfavorável dos comissários volantes das feitorias inglesas) e através do fisco (cobrança dos quintos e taxas diversas - alfandegárias, de passagem sobre pontes, de entrada no país das minas, sobre as lojas). Do preço dos manufaturados da Inglaterra no Brasil, 64% já havia sido absorvido pelo fisco em impostos diversos (68% depois do terremoto de Lisboa). Porém o ouro não ficava em Portugal, sendo remetido ao estrangeiro, principalmente à Inglaterra, para saldar sua balança comercial. Enfim, o ouro brasileiro deu condições para a Inglaterra solidificar sua superioridade técnica (que culminaria na Revolução Industrial) e fortalecer seu sistema monetário e bancário (que culminaria com a fundação do Banco da Inglaterra e a confirmação da hegemonia financeira anglo-saxã).

⁹ Ver FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, e HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*

5. Produção de Ouro em Minas Gerais

Período	Arrobas	Média Anual
1700/1725	7 500	288
1726/1735	6 500	650
1736/1751	12 000	750
1752/1787	18 000	500
1788/1801	3 500	250

Fonte: PRIETO, C. *A mineração no novo mundo*.

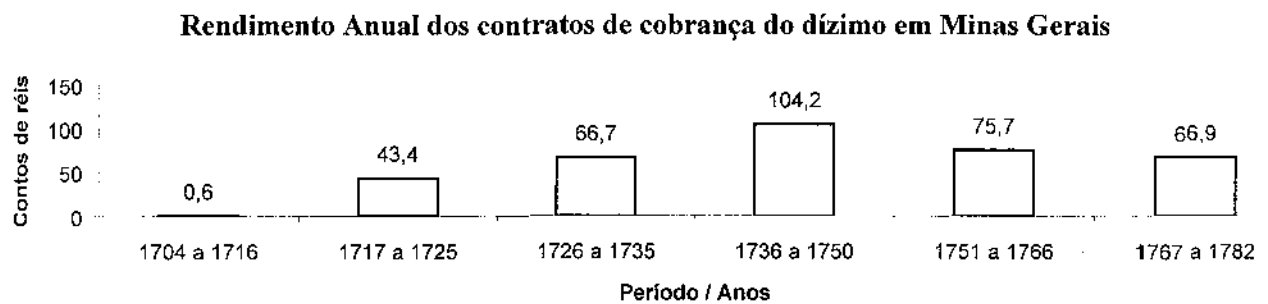
Nunca se conseguirá calcular a quantidade de ouro e diamantes extraídos no Brasil. Alastrava-se o contrabando e a autoridade real era muito precária; era muito comum a sonegação do Quinto Real; medidas tributárias eram de difícil fiscalização. Pandiá Calógeras⁽¹⁰⁾ calculou em 65 500 arrobas, ou 983 000 quilos o total de ouro produzido entre 1720 e 1801. Para os estados de Mato Grosso e Goiás, entre 1720 e 1801, calculou 13 000 arrobas e, para as remotas regiões de São Paulo e Bahia/Ceará, o cálculo é de 5 000 arrobas. Os anos de maior produção situam-se provavelmente entre 1740 e 1760. A década de 1740 é o auge da atividade do ouro: desta década em diante, sua produção entra na descendente.

A técnica extrativa exigia a sedentarização. Ao mesmo tempo, os depósitos de aluvião se esgotavam rapidamente, dada a facilidade de sua exploração. De maior duração, e de maior custos também, era a exploração de rochas matrizes. Dentre o total de custos de uma área mineira, incluíam-se desde os pratos de estanho, canoas e mundéus, até máquinas hidráulicas, escavamentos, desvios de leitos dos rios e desmonte das encostas. O ouro de aluvião exigia técnicas rudimentares, permitindo atividade temporária aos pequenos capitais.

A decadência libera mão-de-obra e aumenta a população urbana. Uma incipiente indústria têxtil constitui-se numa opção para a sobrevivência econômica; seria o maior e mais importante setor da protoindustrialização mineira.

Em toda a América Latina, especialmente em Minas Gerais, a mineração contribuiu para o desenvolvimento da arquitetura, da escultura e da música. Em torno da atividade mineradora desenvolvia-se uma integração econômica, voltada para o suporte da atividade mineira. Com o fim de cada ciclo aurífero, a economia regional se desmantelava, mas as estruturas urbanas e sociais se mantinham.

A metrópole incentivava os circuitos mercantis internos à colônia: interessava-se pela arrecadação tributária, principalmente na concessão de exploração de barreiras. A exigência de meios de transporte se tornou uma fonte de acumulação interna. Mas a burguesia mercantil colonial estava ligada ao comércio exterior, mesmo os menores capitais (varejistas, comboeiros, tropeiros). Com o esgotamento a partir de 1750-60, se retraem as atividades mineradoras, mas não se retraem os circuitos de abastecimento.



Baseado em dados de TEIXEIRA, J. J. , Manuscrito do Instituto Histórico

As proibições de manufaturas no Brasil após Pombal constituem indicadores de sua expansão até então, o que induz concluir por um certo sucesso da política de incentivo.

¹⁰ CALÓGERAS, J. P., *As minas do Brasil e a sua legislação*.

6. A política econômica pombalina e seus efeitos para o Brasil

A década de 1750 marca uma mudança nos rumos do império português. É o domínio político de Pombal, o primeiro ministro de Dom José I, que por sua vez era um monarca enfraquecido pela decadência de seu Império. Este autocrata iniciou um período de reformas profundas, nas estruturas administrativas e econômicas do ambiente luso-brasileiro. Com poderes despóticos, e baseando-se no exemplo inglês, iniciou uma política de intervenção estatal nos setores da agricultura, do comércio e da manufatura, além de mudanças administrativas objetivando maiores controle imperial e arrecadação de impostos para um projeto de reconstrução nacional.

As medidas tomadas por Pombal ocorrem num contexto de crise, causada pelo declínio da renda e somada à ameaça de conflito militar no sul e oeste da colônia. A renda diminuía no exato momento em que se exigiam maiores despesas militares. O açúcar e o tabaco sofriam tanto por condições naturais e por condições do mercado europeu. Por volta de 1750, a produção de ouro e diamantes diminuía assim bem como a renda real. A decadência do extrativismo mineral detonará o processo de formação de uma nova sociedade colonial, não costeira e com aspirações de inserção política. A política econômica pombalina é decisiva para os rumos das mudanças que sem dúvida ocorreriam.

Pombal alterou o sistema de impostos na área de mineração, estabeleceu o monopólio das companhias comerciais, criou comissões de controle para as exportações agrícolas, reorganizou a administração fiscal e promoveu o desenvolvimento de áreas antes esquecidas como o Maranhão. A criação de um Tribunal no Rio de Janeiro em 1751 marcou a entrada numa nova era da estrutura judicial e administrativa da colônia e foi o primeiro passo para mudar a capital do norte para o sul. Tal mudança era uma necessidade local: a decadência do açúcar nordestino e a necessidade de se extrair

maior renda das áreas mineradoras, Minas Gerais e Goiás; ao mesmo tempo a ameaça militar espanhola na região do Prata exigia maior proximidade imperial.

O controle imperial com mão-de-ferro nas minas promoveu insatisfação e revolta na nova sociedade, culminando com a Inconfidência mineira. Mas, de qualquer modo, Minas Gerais era e continuava sendo o centro da urbanização e do desenvolvimento cultural do Brasil, sendo esta sociedade e suas ramificações no Rio, em São Paulo e no Sul, a grande ruptura com a sociedade colonial que dominara o Brasil por dois séculos e meio.

Pombal procurava os dinamismos nos pilares do passado e não do futuro, que lhe era interdito pela situação sócio-política tradicional: a exclusão. Fora do mercantil não haveria solução.

A política econômica pretendida resume-se na moeda como reserva de riqueza (restrições à saída, e pressão para aumento da arrecadação dos quintos), no controle da balança comercial (favorecimento às exportações e diferenciações para importação - matérias-primas, alimentos substituíveis, artigos de luxo), no incentivo à manufatura metropolitana (com reflexos na balança comercial) e na estabilidade e sobrevivência da metrópole enquanto tal - com garantia do funcionamento do sistema colonial mercantilista (assegurando os rendimentos dos contratos reais e a arrecadação do fisco, das minas e das alfândegas; revitalizando a exportação dos produtos coloniais, dada a concorrência externa, principalmente antilhana).

Como um todo, a legislação pombalina é fragmentária e não sistemática. Os resultados da adoção das medidas econômicas propostas por Alexandre de Gusmão foram inibidos pelo terremoto de Lisboa em 1755. É justamente neste momento, durante os esforços imediatos para a reconstrução de Lisboa, que a figura de Pombal torna-se proeminente. A partir daí, medidas urgentes, rápidas e drásticas, muito para diminuir a dependência portuguesa das importações durante crise econômica de 1756-76, como por

exemplo a abolição da escravatura em Portugal de 1761 a 73, concentrando o fluxo de negros para plantações e minas do Brasil, a volumosa legislação relativa às minas de ouro e de diamantes, o aumento em 4% das taxas alfandegárias (para atender à reconstrução de Lisboa, tal como as “contribuições voluntárias” das colônias para este mesmo fim oficial), a “contribuição literária” (para a reforma do ensino e da universidade), ou leis que nunca se cumpriram, como a proibição da saída de metais de Portugal em 1751, não efetivada pela dependência externa - leia-se: inglesa - até para o suprimento de trigo e o estímulo creditício aos produtores agrícolas do reino, através da Companhia das Vinhas do Douro, nunca concretizado.

6.1. Os monopólios

Para a política comercial e colonial, a defesa do monopólio é a diretriz. O grande instrumento foi a instituição das Companhias de Comércio com proteção real (privilégios próprios, exclusivos, com precedência sobre as feitorias inglesas).

As Companhias do Grão-Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759) visavam garantir os lucros do exclusivo colonial para os comerciantes lusitanos, defendendo os interesses fiscais em todo o tráfico externo, fiscalizando e punindo (e concorrendo com) o contrabando, inclusive e principalmente o contrabando "oficial" dos comissários volantes e dos jesuítas. Gerir, também, o tráfico de escravos (cujos preços haviam se inflacionado com a prosperidade da mineração na década de 1740, quando seu preço foi catapultado em 300 a 400%), para fomentar a produção colonial, contornando o impedimento jesuíta ao usufruto da mão de obra indígena. Porém, essas companhias nunca andaram sobre suas próprias pernas: a do Grão-Pará faliu (1766), e a de Pernambuco foi extinta (1779) devendo ao Estado, dando prejuízo total aos seus acionistas.

Houve êxito das Companhias ao estimular a economia do Norte e Nordeste - abrindo nova rota de negros para o Pará e Maranhão, com subsídio (corte dos lucros); a exportação de cacau duplica em quantidade e preço; o algodão, o arroz, e as peles tornam-se exportações importantes; há reflorescimento do comércio do açúcar de Pernambuco e Paraíba, com a volta da alta importação de negros, mas a concorrência de outras colônias perpetuava a crise no comércio do açúcar; o Maranhão prospera (algodão e arroz).

O monopólio do tabaco foi concedido aos mais prósperos investidores portugueses, interferindo na dinâmica do comércio africano, dirigido por capitais brasileiros (da Bahia principalmente, mas também do Rio de Janeiro), que funcionava à

base do binômio fumo-escravo, e passa a se sustentar também pelo escambo aguardente-escravo. As companhias fundadas para operar no mercado brasileiro atrapalharam os capitais privados envolvidos no tráfico, mas o curto sucesso delas e as crises recorrentes no comércio de escravos não impediram que o comércio de escravos por particulares nacionais se perpetuasse como o principal fomento à produção brasileira por mais um século afora. Tiveram grande influência sobre os comerciantes brasileiros, tanto sobre o tráfico de escravos como sobre o contrabando, mas não salvam o Brasil de uma crise, de uma depressão agrícola. Falta mão-de-obra, direcionada às minas, falta capital, falta interesse. Entre 1760 e 1776, a exportação de açúcar do Brasil decresceu em 40%.

6.2 O fisco

A evasão ao fisco era um grande mal às finanças régias. Os produtos ingleses intermediados em Portugal com destino ao Rio de Janeiro pagavam 64% de direitos, 68% após o terremoto de Lisboa em 1755. O combate ao contrabando chamou a atenção de Pombal. Os conflitos com a feitoria britânica que faziam um comércio ilegal direto com o Brasil deterioraram o relacionamento com os antigos aliados. E não só o contrabando em Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, mas também o comércio de drogas na Amazônia e as atividades comerciais, isentas de tributos e fiscalização, das ordens religiosas. E, principalmente, o contrabando interior do ouro do Mato Grosso e Minas Gerais com a América Espanhola. Neste caminho interior, a fiscalização e a ocupação do território esbarravam-se na influência jesuíta. Carvalho e Melo temia e cobiçava o capital e poder da Companhia de Jesus - o confisco de seus bens seria outro meio para salvar o Real Erário.

A governança pombalina foi um período de grande aumento da dívida pública. Os atrasos no pagamento do funcionalismo público de baixo escalão e do exército foram práticas corriqueiras de contenção nos gastos. E, a partir de 1761, Carvalho e Melo introduziu a emissão de valores e letras do tesouro; este modo de dívida evitava a publicidade, ao mesmo tempo em que não dá esperanças de resgate ao pagar uma renda ao prestamista. A dívida de atrasados mais a nova dívida flutuante mais que dobraram a dívida pública; juntas, somavam mais do que o orçamento anual do período. E ainda havia as dívidas da metrópole na colônia, que somavam cerca de um terço do orçamento médio. A introdução do crédito foi política fiscal e monetária, pois ao mesmo tempo em que cobria os gastos do governo, supria uma insuficiência de numerário. Uma limitação do padrão ouro, com câmbio fixo e meios de pagamento lastreados em metal, característicos de um período pré-capitalista, mercantilista. Mas o Conde de Oeiras

antecipou um movimento do capitalismo, preconizado pelo pensador mercantilista Law em 1720 ⁽¹¹⁾, que foi a instituição do crédito fiduciário do estado, uma novidade em Portugal e um artifício somente utilizado pelas economias centrais dos ciclos sistêmicos de acumulação.

Outro aspecto inovador de Pombal foi a freqüente recorrência à propaganda política, alardeando a idéia de prosperidade econômica, de capacidade administrativa e de anti-jesuitismo. E ninguém sabia da real situação das contas públicas; na economia aberta contemporânea, tal informação dissolve o efeito dos gastos públicos ao inibir o investimento externo.

A preocupação financeira parte de uma visão abrangente da economia, mercantilista, visando a recuperação dos rendimentos coloniais e das finanças do Estado. Altera-se o método de cobrança do quinto com a instituição da derrama, controla-se a extração e comercialização de diamantes, aumentando a arrecadação. A estrutura financeira mantém-se estável durante toda a década de 1750. Porém, a queda dos rendimentos coloniais, com o fim do auge do ciclo aurífero e com a concorrência aos produtos coloniais, aumenta o déficit da balança comercial, e não existe ouro para compensar.

¹¹ “*A introdução do crédito há de trazer maiores transformações ao mundo que o descobrimento da Índia*” (Law, 1720)

6.3. A crise do ouro

A extenuação da mineração, o esgotamento do ouro aluvial, foi na contramão da política econômica, até então baseada nos rendimentos do ouro. Mas mesmo antes do declínio, as finanças do estado já estavam falidas. Pombal já buscava novas fontes de renda para o estado (como o confisco de nobres e ordens religiosas), a miséria do povo português já se agravava e o comércio lusitano já se arruinava. O que mais feriu as finanças da coroa não foi a diminuição de seus quintos de ouro. Foram, sim, os reflexos do empobrecimento da nação.

O esgotamento do ouro de aluvião não foi de surpresa. Alexandre de Gusmão anunciou a crise, com 20 anos de antecedência. O Brasil assiste os últimos respiros do Império Português. De fato, o Brasil é mais importante no cenário econômico internacional do que sua própria metrópole, porém carece de poder político, pela própria situação colonial que lhe é imposta.

A Inglaterra “usa” Portugal para acessar as riquezas do Brasil como se esta fosse a real metrópole. De fato, a metrópole privilegiava os comerciantes ingleses, e privilegiava o contrabando da burguesia nativa. Dos baianos o binômio tabaco-escravos e tráfico de mercadorias européias. Do Rio de Janeiro, o binômio aguardente-escravos. O feitiço do exemplo inglês trouxe a solução pela cópia, na aplicação de receita: não houve preocupação com agricultura. Esta falta de assistência econômica à agricultura brasileira faz a crise brasileira dos 60 ainda mais profunda para a metrópole. Num tempo de crise de matérias-primas, Pombal não antecipou o surto de qualquer matéria-prima. O sucesso do algodão do Maranhão foi fruto do rompimento do fluxo colonial inglês com as Treze Colônias. Porém, a crise fermentou o terreno para uma fase de bonança, e o Brasil prosperou no último quartel do século, pós-Pombal.

Pombal assistiu à agonia das antigas fontes de renda brasileiras. O Brasil empobrecia: o intercâmbio comercial com a Europa se restringia, afetando econômica e financeiramente a metrópole. Cerca de 55% da exportação portuguesa eram reexportações brasileiras, e 80% da exportação metropolitana eram importações brasileiras. Os impactos de uma crise produtiva na colônia eram sintomaticamente transmitidos à metrópole; formavam uma só unidade econômica. A redução do poder de compra dos brasileiros, afetou adversamente os mercadores portugueses e ingleses que se dedicavam a esse comércio. Revela-se a precariedade das finanças e revelam-se as fortes preocupações fiscalistas do Estado; a preocupação financeira de curto prazo traz à tona o imediatismo.

“Um objetivo fiscal, nada mais do que isto, é o que anima a metrópole na colonização do Brasil. Raros são os atos da administração ou administradores que fazem exceção à regra. Pombal, cujo governo é o único talvez, depois do período heróico da história portuguesa, que teve vistas largas, Pombal mesmo não conseguiu desvencilhar-se inteiramente do que estava no fundo da consciência nacional, ou antes da política da monarquia. O ouro e os diamantes, então, fizeram perder o resto da cabeça e bom-senso que sobravam à metrópole. Com uma ânsia sem paralelo, ela se atira sobre o metal e as pedras como um cão esfaimado sobre o osso que aflora na terra cavada. Só que não tinha sido ela quem o escavou... Durante um século quase, não haverá outra preocupação séria e de consequência que a cobrança dos direitos régios, o quinto:...”⁽¹²⁾

A renda dos quintos do ouro cai desde o auge da década de 1740: década a década, os rendimentos caem de 15 a 20 %; as rendas da década de 1780 somam a 50% das rendas de 40. O monopólio dos diamantes passa a ser explorado por conta do Estado a partir de 1771. Desta data até o final do século os rendimentos médios passaram a ser apenas 45% da renda anual da atividade quando arrendada, de 1740 a 1771. O já referido rendimento do açúcar caiu em 40% de 1760 para 1776. Como

pagavam 20% nas alfândegas de Lisboa, o rendimento português sobre o açúcar caiu proporcionalmente. Para termos de comparação, a renda do açúcar representava 25% do orçamento dos gastos do estado. Os rendimentos do imposto sobre a entrada de mercadorias em Minas Gerais baixaram em 25% na média anual a partir de 1776 se comparado ao auge da atividade econômica mineira (de 1740 a 1760), voltando a valores da década de 1730. O rendimento dos contratos de cobrança dos dízimos em Minas Gerais segue padrão equivalente à prosperidade da mineração.

As exportações brasileiras cresceram em 100% desde 1710 a 1760; com a crise, caiu em 40% em 16 anos, estacionando-se em valores baixos a partir de 1776, voltando a subir gradualmente. O governo de Pombal viveu o ápice da produção brasileira (1740-60) e uma grande crise logo em seguida, que soma-se a grandes despesas como fatores exógenos à economia (conflitos de fronteira, com a Espanha e com as missões jesuítas, e o terremoto de Lisboa).

Em 1759 o estado já estava sem dinheiro e sem crédito, o comércio e a vida material do povo já estavam decadentes. A crise traz à tona as pressões dos interesses prejudicados pelos monopólios, em Portugal e no Brasil. A luta contra as Missões do Uruguai, a reconstrução de Lisboa, a manutenção do parque industrial e os credores do estado consumiam os esforços financeiros do ministro. Daí a recorrência ao confisco dos nobres mais afortunados e da Companhia de Jesus, famosa pelos seus tesouros.

Os principais componentes de receita pública metropolitana eram, em primeiro lugar, advindos do sistema tributário, pesado, e reforçado por Pombal: os rendimentos das alfândegas (o dízimo e demais direitos sobre importações, com destaque para a renda proveniente da reexportação do açúcar brasileiro, sendo que algumas taxas foram atenuadas pela política industrial e pela reconstrução da cidade de Lisboa) e os impostos sobre rendas (décima), principalmente a partir de 1762, quando a taxa sobe de 4,5 para 10%, e sobre as trocas (a sisa). Em segundo lugar, e ainda em primeiro plano, as rendas

¹² PRADO Jr., Caio - Formação do Brasil Contemporâneo

advindas da atividade colonial, em ordem decrescente de importância: do ouro, dos escravos, e dos monopólios, diretos ou arrendados (tabaco, diamantes, pau-brasil). Todos estes componentes foram afetados pela magnitude da crise, que durou 16 anos (60-76), com queda média de 40% do nível de todas as rendas. A paralisação da circulação de capitais diminuiu a renda dos impostos. A manutenção de um orçamento crescente (cresceu em 15% desde 1751 a 1776) foi feita a partir do agravamento tributário e de expedientes de emergência (como o aspecto material da perseguição aos jesuítas e aos nobres; a desculpa do terremoto de Lisboa para justificar certo protecionismo e arrancar favorecimentos junto aos britânicos), ao mesmo tempo que não foram economizados os gastos e despesas do governo, em parte como uma própria resposta à crise, e em parte como resultado de fatores exógenos.

A crise forçou uma diminuição das importações da Inglaterra, que haviam aumentado em 20% dentre o período de 1740-55 ao pico de 1756-60, para uma redução de 50% até 1766-75. Porém Pombal sentia-se desejoso de reduzir importação de manufaturados e matérias primas, especialmente após queda da produção de ouro brasileiro a partir de 1760. O fomento industrial tinha fortes argumentos doutrinários, como instrumento para favorecer a balança comercial, mas somente tomou forma generalizada com a necessidade conjuntural de substituir as importações de maior consumo, pela queda da capacidade de importação, com a queda dos rendimentos das minas e da produção colonial na década de 1760, dando caráter urgente a esta política econômica. As providências eram autorizações e privilégios concedidos pelo Estado, além do impedimento da saída das matérias-primas.

Os tecidos representavam 80% das importações, mas não houve substituição por produção interna: em 1770, apenas 10% dos tecidos consumidos eram nacionais. Mesmo com a queda das importações, permanece o déficit de balança comercial. De 1746 a 1760, as exportações para a Inglaterra diminuíram em 25%, e o saldo negativo Portugal-

Inglaterra aumentou em 32%. Em 1777, as importações totais são 31% maiores do que as exportações totais. Tendo-se em conta que 55% da exportação portuguesa provém da produção brasileira, e que 80% da exportação metropolitana tem o Brasil como destino, conclui-se o quão atrelado à economia colonial era o Reino de Portugal. A metrópole e a colônia estavam fundidas em uma só unidade econômica; não se poderia tratar do fomento da primeira sem atender à realidade da segunda.

6.4. Conclusão

Os efeitos da política econômica pombalina para o Brasil são grosseiramente enviesados pelas enormes despesas as quais atendeu Portugal no período. Se as despesas são exógenas ao âmbito estritamente econômico-financeiro, não o são quanto à sua congruência à política pombalina e portuguesa durante todo o período colonial.

Ao mesmo tempo em que a tentativa de substituição de importações na metrópole foi o eixo condutor da política pombalina, haveria como se pensar a economia metropolitana em separado da colonial? Afinal a demanda por produtos manufaturados era crescente no Brasil. A população brasileira se urbanizava, resultante da maciça imigração metropolitana – nos fins do século XVIII, a população de Portugal era da ordem de 3 milhões, a população do Brasil em torno de 2,5 milhões, sendo um terço negros, mais boa parte mestiços, brancos pobres e negros livres. Apesar da ignorância metropolitana, as demandas brasileiras eram supridas pelo comércio inglês e pelo contrabando; o desenvolvimento dos circuitos mercantis coloniais, mesmo travado pela metrópole, era uma consequência natural do progresso econômico, e as forças internas à sociedade colonial o manejariam.

A atividade comercial em Minas Gerais foi um fenômeno urbano. Intensificou as relações regionais e as relações da região com outras capitanias, criando eixos de comércio regional. A época de maior produção artística, arquitetônica, musical e literária foi na segunda metade, e mais para o final do século, quando o ouro não é mais a referência econômica. Neste momento, Minas Gerais passa por um processo de substituição de importações; torna-se fornecedor, e atrai o fornecimento externo, para o desenvolvimento das outras capitanias. Minas Gerais torna-se auto-suficiente e exportador da produção agro-pastoril, artesanal e manufatureira.

Nos anos finais da governança pombalina, entre 1775 e 77, a produção brasileira chega ao mínimo; os gastos públicos, ao máximo: é o pico da crise. Neste mesmo período, Portugal enfrenta grandes despesas militares: guerra com Espanha na América, pressão e preparos para guerra na Europa. Os gastos com soldo aumentam a dívida pública, a dívida de atrasados. Os gastos militares são enormes: em 3 anos, gasta-se mais do que todo o quinto do reinado de D José (40% do orçamento destes anos).

Durante todo o século XVIII, 90% da renda do Brasil é absorvida por particulares; apenas 10% da renda brasileira é pública. E a receita do Brasil para a metrópole, salvo a renda da casa da moeda, se equivale aos gastos públicos na colônia. Apenas no segundo quartel do século, a receita brasileira é maior que os gastos brasileiros; esta situação perdura até 1760. De 1761 a 77, a colônia tem um déficit anual médio de 450 contos (7% do orçamento anual português) e ao fim do governo de Pombal a dívida da metrópole na colônia é de 2000 contos (quase 30% do orçamento anual português). Tal situação do saldo receitas-despesas do Brasil se mantém até a independência.

O reflorescimento comercial de alguns setores da economia brasileira continuou após ditadura, devido em grande parte à neutralidade portuguesa na guerra de 1776-1783 (Grã-Bretanha, colônias da América Do Norte, França, Espanha, Holanda). O novo governo continuou a política pombalina, a política colonial tradicional: estimular produtividade agrícola e exportações de açúcar, arroz, algodão e cacau, proibindo manufaturas no Brasil para não competir com os manufaturados "de Portugal" (reexportações de manufaturas inglesas - a Coroa obtinha parte de seu rendimento por taxas a estes produtos).

Portugal persistia em atraso das técnicas agrícolas, impedindo competição mais vantajosa. A indiferença pelas técnicas modernas resultou em inércia e conservadorismo dos plantadores brasileiros. Ao mesmo tempo, em Portugal, há um crescente interesse

por problemas econômicos, agrários e sociais, do último quarto do século XVIII aos princípios do XIX: é a época áurea da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. Porém, não há compreensão da importância total do progresso industrial inglês e francês. A inspiração fisiocrática sobre o pensamento limita a sua abrangência.

Numa época de fermentação intelectual europeia (democracia nos EUA, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa), se agrava o descontentamento geral contra o Governo português, por diferentes razões em cada parte. A tributação colonial é opressiva (quinto real, dízimos, monopólios), especialmente em Minas Gerais: não houve ajuste à queda vertical na produção do ouro. A burocracia lenta entre Brasil e Lisboa agrava corrupção e a ineficiência. Há indignação contra o fato de o Brasil ser a 'vaca leiteira' de Portugal.

As exportações de açúcar, fumo, cacau e algodão renderam bastante até as duas últimas décadas do século XVIII. O mercado interno para todos os produtos agrícolas crescia constantemente, sempre estimulado pela mineração. O ouro e o diamante salvaram o Brasil do caos econômico e estimularam sua agricultura, com a produção do açúcar crescendo, assim como a exportação de metais e pedras preciosas. O fim do século XVIII e início do XIX não constituiu um período de declínio econômico. As exportações agrícolas do Brasil triplicaram nas últimas décadas do século XVIII, com o Rio de Janeiro exportando cerca de um terço do total. A segunda metade do último século colonial do Brasil foi palco de um clímax de competição econômica entre o norte e o sul do país. O norte, principalmente Bahia e Pernambuco, representava a liderança colonial. O ouro e o diamante proporcionaram melhor posição para o Rio de Janeiro e, no fim do período colonial, os três portos estavam mais ou menos equiparados em volume de exportação, enquanto se alternavam nos anos a liderança.

O Brasil persistia como uma economia agrária de Portugal. Em 1785, proíbe-se a instalação de indústrias no território brasileiro. Por um lado, tal medida é compatível às condições brasileiras; por outro lado, é um retrocesso. Tal retrocesso foi generalizado: em 1788, reduziu-se consideravelmente a intervenção estatal nas indústrias portuguesas. O corte nos gastos torna a balança comercial do Portugal pós-Pombal credora. O mil-réis tem uma valorização de 10 %. Como julgar o retrocesso industrial? O industrialismo pombalino tinha uma produção de má qualidade, a um preço excessivo. Foi este industrialismo inoportuno? E quanto à insistência em sua manutenção, como explicá-la? Tal política teria então um fim “não-econômico”: a competição com feitoria inglesa.

Uma interessante crítica contemporânea à situação brasileira pós-Pombal é feita por Azeredo Coutinho⁽¹³⁾: observa que os preços internos de mercadorias perecíveis poderiam reduzir-se através do incentivo à utilização do sal. “No continente das Minas, principalmente das Gerais, o sal é tão necessário até para os alimentos, que dele precisam não só os homens”. Porém, o sal era um monopólio concedido, claramente ineficiente. “O sal com que naqueles sertões se salga num boi custa duas, e três vezes mais, do que vale o mesmo boi”. Nas palavras de Azeredo Coutinho: “Para o Brasil é proibido o comércio do sal; só se concede este privilégio a um Arrematante. E quanto mais para o interior do sertões, aonde há mais gados, e por conseqüência onde o sal é mais necessário, é tanto mais caro, quanto mais se multiplicam os fretes dos carretos em bestas, e pelo meio de serrarias intratáveis. No Serro do Frio, quando o sal é mais barato, um prato não custa menos de 225 réis. Naqueles sertões sem fim um prato de sal é um dos maiores prazeres que se fazem. (...) O Erário Régio só por 48:000\$000 réis se priva dos muitos 48 contos, que necessariamente deveriam produzir os direitos destes gêneros nas Alfândegas, se a carestia do sal os não fizesse impraticáveis.” E demonstra uma

¹³ AZEREDO COUTINHO - *Sobre o Comércio de Portugal - 1794*

certa noção sobre o liberalismo econômico: “A economia de um Reino é muito diferente da de um particular; a razão é muito clara.”

As amarras do pacto colonial se tornavam insustentáveis.

No período de 1780 a 1830, há uma reacomodação da produção colonial, uma articulação com o novo mercado mundial montado pela Revolução Industrial inglesa. O Maranhão continua com os sucessos do algodão e do arroz. No nordeste em geral, a exportação do açúcar, do algodão, e do couro prosperam. Na Bahia, o tráfico escravos ativa as produções de tabaco e aguardente. No Rio de Janeiro, produz-se açúcar para troca por escravo e consumo interno, e aguardente e madeira para escambo direto na África. Minas Gerais exporta alimentos para o Rio de Janeiro. São Paulo produz açúcar para exportação. Aumenta a demanda por muareis do sul, que passa a fornecer meios de transporte para todo o território. O Rio de Janeiro se torna metrópole mercantil e centro de irradiação dos circuitos do centro-sul. O tráfico negreiro continua como principal fonte de alimentação do capital mercantil: o porto do Rio de Janeiro recebe embarcações do sul e provém escravos para Pernambuco e Maranhão. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, o período de 1780 a 1810 são os anos de maior afluxo de escravos, provando a diversificação agrícola e o desenvolvimento.

Neste período se consolida a nativização do tráfico de escravos, que se torna um quase-monopólio. A colônia, centralizada no Rio de Janeiro, é centro distribuidor de escravos. Também a pecuária se torna fonte de acumulação mercantil, com o cinturão de tropeiros ao redor da cidade de São Paulo demandando maior intensidade da produção de bovinos e muareis no extremo sul. Aumenta o giro mercantil, que sustenta a base de acumulação interna, ainda que estimulada por dinamismos externos. São os estímulos exógenos que provêm capitais para a produção (principalmente o financiamento pelos traficantes de escravo) e que estimulam a diversificação da produção agrícola. Esta é a

reacomodação da produção colonial, uma nova articulação com o novo mercado mundial montado pela Revolução Industrial inglesa.

Os setores produtivos para as exportações em expansão é que incentivam o capital mercantil interno; e as cidades são a sede, o apoio e a base para estes circuitos de escravos e muares. O desenvolvimento interno, apesar da colônia estar transfigurada na sua relação com a metrópole, ainda depende do dinamismo externo, do mercado mundial e da Revolução Industrial inglesa. Foram condições excepcionais que se somaram: a Guerra de independência dos EUA, a Revolução Francesa (e sua repercussão nas Antilhas), as Guerras napoleônicas, (com o bloqueio continental, a América se torna o principal escoadouro de consumo das manufaturas inglesas) e o novo mercantilismo ilustrado de Portugal incentiva a diversificação e o aumento da produção colonial.

O desenvolvimento do centro-sul do Brasil foi uma reação autônoma, não foi resultado do capital mercantil metropolitano ou de decisões da metrópole. Minas Gerais liderou um processo de integração e foi o núcleo da acumulação autônoma. Tal independência capitalista foi pré-requisito para a formação do estado nacional. A negação do estatuto colonial culmina com abertura dos portos 1808; este evento representa a supremacia do capital mercantil nacional sobre o setor produtivo.

Minas Gerais centralizou um dinamismo mercantil "de base", por seus produtos (coloniais e de subsistência), por sua distância na apropriação do lucro e por ser base da expansão material da específica especialização D-M comandada pela Inglaterra. A economia colonial foi instrumento de acumulação da fase de transição do feudalismo para o capitalismo; se constitui por circuitos mercantis interligados horizontalmente e hierarquizados verticalmente com outros mercados, dinamizando o mercado mundial, favorecendo a formação de uma economia de mercado mundial, na qual não se insere

diretamente, pelos limites impostos pelo estatuto colonial que visavam impedir sua autonomia e autopropulsão.

Os circuitos mercantis coloniais eram comandados pelo capital mercantil dos grandes comerciantes das metrópoles, que os monopolizavam através do domínio do Estado absolutista sobre eles. O lucro deste negócio era proporcional aos altos custos de transporte; eram produtos para o mercado externo, com demanda européia garantida. E não concorriam com a produção metropolitana. Este capital comercial chega a penetrar na esfera produtiva (maximizando a acumulação mercantil) através do trabalho compulsório.

Ao mesmo tempo, o escravismo era restrição básica ao aprofundamento mercantil: retém fluxo mercantil, no comércio e no crédito negreiro; subordina a colônia ao capital metropolitano, impede mercado de massas, impede formação de camadas médias.

Mesmo com todos estes empecilhos, Minas Gerais centralizou a integração e desenvolvimento primordial dos circuitos mercantis internos à colônia. Enquanto os gêneros agrícolas são ruralizadores e avessos à proliferação dos circuitos internos (seu setor subsidiário é interno às unidades produtivas), os gêneros minerais são urbanizadores e dinamizadores da divisão do trabalho rural/urbano; seu setor subsidiário tem caráter mercantil (pequenas propriedades, trabalho livre, demanda por abastecimento).

Mesmo sob o determinante do escravismo, o processo de mercantilização se aprofundou em Minas Gerais. Com o escravo concentrado na mineração, a subsistência exige abastecimento. Os descaminhos do ouro são os caminhos para o escravo comprar sua liberdade. A essência própria dos aglomerados mineiros é o signo da vida nas cidades. Desde o renascimento comercial europeu elas têm sido a chave para a liberdade e para a livre determinação econômica. No caso mineiro, ainda sujeitas à dependência do extrativismo, mas o seu caráter urbano já é marcante. A mobilidade social permitiu a

formação da camada média. Os novos fluxos de renda e investimentos internos criaram um potencialidade de integração das regiões. De modo geral, a economia mineira incentivava as produções de gêneros alimentícios, tabaco e aguardente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Também o gado, no São Francisco e no Sul.

Na economia colonial, os estímulos da economia mundial são assimilados, mas hierarquicamente limitados. O mercado mundial forma o capitalismo como sistema, um vetor resultante dos processos D-M-D' na Inglaterra e D-D' nos centros financeiros inglês e holandês "justapostos".

Com a Revolução Industrial inglesa, os gêneros coloniais são transfigurados, assumem novas funções, uma nova expressão das relações sociais entre as ex-metrópoles e as ex-colônias. Com o capitalismo global, consolidado sob imperialismo inglês, as economias coloniais continuam a dele participarem subordinadamente, periféricamente, e não mais como instrumentos da acumulação primitiva, mas como perpetuadores da apropriação dos lucros no centro capitalista, desconectadas do capitalismo financeiro.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. C. de - *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1982
- ALDEN, D. – *Royal Government in Colonial Brazil*. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, 1968.
- ANTONIL, A. J. - *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). Salvador: Progresso, 1950.
- ARRIGHI, G - *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro : Contraponto ; São Paulo : UNESP, 1996.
- AVELLAR, H. C - *Administração Pombalina*. Brasília : FUNCEP, 1983.
- COUTINHO, J. J. C. A. – *Ensaio economico sobre o Commercio de Portugal e suas colonias*. Lisboa : A. R. das Sciencias, 1816.
- AZEVEDO, J. L. de - *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa : Classica, 1947.
- AZEVEDO, L. I. P. A (Trad. do francês)- *A administracao de Sebastiao Jose de Carvalho e Mello de Oeiras, Marquez de Pombal, secretario d'Estado e Primeiro Ministro de S.M.F. o Senhor D. Jose I, rei de Portugal*. Lisboa: L. C. da Cunha, 1848.
- BOXER, C. R. - *A idade de ouro do Brasil*. Sao Paulo : Comp. Ed. Nacional, 1963
- BOXER, C. R. - *O Império Colonial Português (1415-1825)* Lisboa : Ed. 70, 198-?
- BURNS, E. B. (edited by) – *A Documentary History of Brazil*. Borzoi Books on Latin America, General Editor: Hanke, L. New York: Alfred A. Knopf.
- CALÓGERAS, Pandiá - *As minas do Brasil e a sua legislação*.
- CAEIRO, J. *Primeira publicacao apos 160 anos do manuscrito inedito de Jose Caeiro sobre os jesuitas do Brasil e da India na perseguicao do Marques de Pombal (seculo XVIII)*. Academia Brasileira de Letras. Baia : s.n. , 1936
- CARNAXIDE, A. S. P., Visconde de - *O Brasil na Época Pombalina (economia e política externa)*. Sao Paulo : Nacional ; Brasília : INL, 1979.
- CASTELLO BRANCO, C. - *Perfil do Marquez de Pombal*. Porto : Lopes : Clavel, 1900.

CHRISTELOW, A. - "Great Britain and the trades from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil". In *The Hispanic American Historical Review*, Vol. XXVII February 1947, No 1.

CORTESÃO, J. - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro : Instituto Rio Branco, 1950

CORTESAO, J. - *Historia da expansão portuguesa*. Lisboa : IN/CM, 1993

FALCON, F. J. C. - *A época pombalina : (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo : Ática, 1993.

FISHER, H. E. S. - *De Methuen a Pombal: O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*. Tradução de Joaquim Duarte Peixoto. Lisboa : Gradiva, 1984, c1971.

FURTADO, C - *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo : Comp. Ed. Nacional, 1977.

GODINHO, V. M. - "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", in *Ensaio sobre a história de Portugal*. Lisboa : Sa da Costa, 1971.

GODINHO, V. M. - "Traços da evolução conjuntural do século XV a 1850", in *Introdução à História Econômica*. Lisboa : Livros Horizonte, c1970.

GUSMÃO, A. de - Obras várias. In CORTESÃO, J. (org.) - *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)*. Rio de Janeiro : Instituto Rio Branco, 1950-

HOLANDA, S. B. de – *Monções*. Rio de Janeiro : C.E.B., 1945.

JOHNSON Jr, H. B. – "A preliminary inquiry into money, prices and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823". In *Colonial Roots of Modern Brazil – Papers of the Newberry Library Conference*, Edited by Dauril Alden. University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London 1973

MACEDO, J. B de - *A Situação econômica no tempo de Pombal : alguns aspectos*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MAWE, J. - *Travels in the interior of Brazil : particularly in the gold and diamond districts of that country*. London : printed for Longman (and 4 others), 1812.

MAXWELL, K. R. - *A Devassa da Devassa - Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

MAXWELL, K. R. - *Marques de Pombal : paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

NOVAIS, F. A. - *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. Caderno 17 – CEBRAE

NOVAIS, F. A. - *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial.(1777-1808)* São Paulo : HUCITEC, 1985.

POMBAL, S.J.C.M., Marquês de - *Memorias secretissimas do Marques de Pombal e outros escritos*. Lisboa : Europa-America, 19- .

PRADO Jr, C. - *A Evolução Política do Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1947.

PRADO JR, C. - *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo : Brasiliense, 1963.

PRIETO, C. *A Mineração e o Novo Mundo*. São Paulo : Cultrix, 1976.

SANTOS, J. F. dos - *Memorias do districto Diamantino da comarca do Serro Frio (provincia de Minas Geraes)*. Rio de Janeiro : A.J. de Castilho, 1924.

SANTOS, M. H. C. dos (Coord) - *Pombal revisitado : comunicacoes ao colloquio internacional organizado pela Comissao das comemoracoes do 2. centenario da morte do Marques de Pombal*. Lisboa : Estampa, 1984, c1983.

SCHNEIDER, S. - *O Marques de Pombal e o vinho do Porto : dependencia e subdesenvolvimento em Portugal no seculo XVIII*. Lisboa : A Regra do Jogo, 1980

SCHWARTZ, Stuart B. – *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo : Perspectiva, 1979.

SENA, M. A. - *Compra e venda de escravos em Minas Gerais*. Belo Horizonte : Littera Maciel, 1977.

SIMONSEN, Roberto - *História econômica do Brasil*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1962.

SOARES, T. O Marques de Pombal. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, Fundação Roberto Marinho, c1961.

SODRÉ, N. W. - *O Tratado de Methuen*. Rio de Janeiro : ISEB, 1957.

SOUTHEY, R. - *História do Brasil*. São Paulo : Obelisco, 1966. (1810-1819).

TEIXEIRA, J. J. - Manuscrito do Instituto Histórico, reproduzido em Carnaxide, Visconde de - *O Brasil na Administração Pombalina*. São Paulo : Nacional ; Brasília : INL, 1979.

VERÍSSIMO, I. J. - *Pombal, os jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro : Imprensa do Exército, 1961.

WEHLING, A. - *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília : FUNCEP, 1986.

ZEMELLA, M. P. - *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo : Hucitec : Edusp, 1990.

Agradecimentos especiais:

BIFCH – Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp

Centro de Documentação "Lucas Gamboa" (CEDOC) do Instituto de Economia da Unicamp

Coleção Alexandre Eulálio - Biblioteca Central da Unicamp

Coleção de Obras Raras - Biblioteca Central da Unicamp

Coleção Paulo Duarte - Biblioteca Central da Unicamp

Coleção Peter Eisenberg - Biblioteca Central da Unicamp

Coleção Sérgio Buarque de Holanda - Biblioteca Central da Unicamp